O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO CONTRATUAL: UMA ANÁLISE DE SUAS IMPLICAÇÕES E PERSPECTIVAS

Autor(res)

Administrador Kroton
Sthefanny Emannuelle Da Silva Ferreira Lobato
Vanice Borges Luz
Patricia Fernandes De Matos
Rithiele Vitoria Da Silva Ferreira Lobato

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

ESCOLA ESTADUAL JOSIAS DE MATOS

Introdução

O presente projeto de pesquisa, desenvolvido através de uma parceria entre a educação básica e o meio acadêmico, dedica-se a examinar a crescente influência da Inteligência Artificial (IA) sobre o Direito Contratual. Um contrato, que é um acordo legal que rege relações civis há séculos , está sendo profundamente transformado pela difusão da IA em diversos setores da sociedade.
A IA possui um potencial significativo para revolucionar a maneira como os contratos são elaborados, negociados e executados. A tecnologia é capaz de automatizar tarefas cotidianas, aprimorar a eficácia e a precisão em atividades como a revisão de cláusulas contratuais e a avaliação de riscos. Em essência, a IA pode atuar como uma ferramenta poderosa para aumentar a eficiência e diminuir custos. Por meio de sistemas, a IA pode até mesmo redigir contratos baseados em modelos predeterminados ou monitorar o desempenho de um acordo sem intervenção humana direta.
Contudo, a rápida incorporação da IA no campo jurídico levanta questões complexas. O desafio reside em equilibrar o aumento da eficiência com a manutenção do julgamento humano e a mitigação do potencial de erros ou vieses. A função social do contrato, que estabelece limites à autonomia das partes, corre o risco de ser perturbada pela automação. Uma vez que a aplicação dessa tecnologia em assuntos contratuais ainda se encontra em desenvolvimento , torna-se essencial investigar os efeitos, identificar os desafios e traçar caminhos para um uso que seja simultaneamente eficiente, ético e juridicamente seguro. É crucial que a IA seja vista como um auxílio para melhorar a tomada de decisões humanas, em vez de substituí-la integralmente.

Objetivo

O projeto visa investigar os impactos da Inteligência Artificial no Direito Contratual , analisando a interdisciplinaridade entre a IA e o direito. Buscamos compreender como a tecnologia afeta a forma de trabalho dos profissionais, enfatizando a relevância da supervisão humana na interpretação da lei e na tomada de decisões éticas e responsáveis.

Material e Métodos

A metodologia do projeto centrou-se na análise detalhada da aplicação da IA no Direito Contratual , abordando áreas práticas como a revisão e redação de documentos legais e a análise de jurisprudência. Além disso, o estudo procurou entender o potencial da IA para otimizar o acesso à justiça, fornecendo serviços jurídicos básicos e facilitando a resolução de disputas online de forma mais eficiente e acessível.
Em termos de abordagem metodológica, o trabalho caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e descritiva , empregando a combinação de metodologias qualitativas e quantitativas. A técnica qualitativa utilizada incluiu a observação participante, dado o envolvimento das pesquisadoras com a Universidade Anhanguera. O principal instrumento para a coleta de dados foi a aplicação de um questionário sobre o impacto da IA no Direito Contratual , composto por questões abertas e fechadas com cinco alternativas de resposta. Os participantes incluíram advogados, especialistas em direito, professores e estudantes da instituição.

Resultados e Discussão

A pesquisa confirmou que a IA no Direito Contratual é uma área de intensas transformações, gerando oportunidades e desafios. As Oportunidades da IA: A utilização da IA permite a automatização avançada de procedimentos contratuais, como a criação inicial de documentos padrão e a identificação precisa de cláusulas específicas. Isso resulta em melhoria da produtividade para os profissionais jurídicos, que podem focar em atividades de maior valor estratégico.
A IA possibilita a personalização de contratos de acordo com as necessidades específicas de cada negociação e aprimora a análise preditiva, ajudando a antecipar resultados de disputas e a reduzir riscos. Além disso, ao automatizar tarefas e diminuir despesas operacionais, a IA pode ampliar o acesso aos serviços jurídicos e, consequentemente, à justiça. A tecnologia se mostra útil na avaliação de riscos, na pesquisa jurídica, na resolução de conflitos online e no gerenciamento de documentos.
Implicações Éticas e Jurídicas: Foram identificadas quatro áreas de implicação crítica:
Responsabilidade: O uso da IA levanta a complexa questão de quem deve ser responsabilizado por falhas ou erros gerados pelo sistema, exigindo que as partes contratantes definam claramente essas responsabilidades nos acordos. A legislação pode necessitar de ajustes para abordar a responsabilidade civil por danos causados por algoritmos.
Segurança e Privacidade de Informações: O manuseio de dados sensíveis pela IA exige a garantia de que os sistemas sejam seguros e que cumpram rigorosamente as leis de proteção de dados, como a LGPD no Brasil. A falha na segurança pode gerar sérios problemas legais.
Comunicabilidade e Transparência: É vital que os algoritmos de IA sejam explicáveis e transparentes para que os usuários e as partes envolvidas compreendam as razões por trás das decisões automatizadas. Isso é essencial para construir a confiança na tecnologia e para evitar a perpetuação de preconceitos ou a discriminação.
Regulamentação e Lei: A necessidade de regras claras foi evidenciada. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por exemplo, regulamentou o uso da IA no Judiciário através da plataforma Sinapses, promovendo a colaboração, transparência e a exigência de que os modelos de IA permitam o monitoramento e a verificação das previsões.
Perspectivas e Desafios: Um dos maiores desafios é a preocupação com o viés algorítmico, onde a IA pode manter ou ampliar a discriminação se não for treinada e monitorada adequadamente. Além disso, a IA ainda apresenta limitações em áreas que dependem de um elevado grau de raciocínio abstrato, avaliativo e intuitivo, que somente o ser humano possui. A solução e a recomendação central é desenvolver uma abordagem responsável e ética, garantindo que a IA atue como uma ferramenta de apoio e que o julgamento humano permaneça envolvido no processo.

Conclusão

O impacto da Inteligência Artificial no Direito Contratual é uma questão complexa e evolutiva, que exige investigação e consideração atentas. Embora a IA tenha potencial para revolucionar a forma como os contratos são manuseados , ela levanta desafios cruciais de responsabilidade, ética e transparência. É imperativo reconhecer as limitações da IA e estabelecer diretrizes claras para o seu uso. Ao garantir que a IA seja uma ferramenta para apoiar a decisão humana, e não para substituí-la, é possível promover a justiça e a igualdade no contexto jurídico.

Referências

https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-inteligencia-artificial-e-o-direito/467690643
https://www.cnj.jus.br/cnj-regulamenta-uso-de-inteligencia-artificial-no-judiciario/
https://www.jusbrasil.com.br/artigos/execucao-de-contratos-segundo-o-direito-brasileiro-guiacompleto/1778669801
Solove, Daniel J. "Understanding Privacy". Harvard University Press, 2008.
Pasquale, Frank. "The Black Box Society: The Secret Algorithms That Control Money and Information". Harvard University Press, 2015.
https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-contratuais/391128/a-utilizacao-da-inteligenciaartificial-nos-contratos-de-consumo
https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AU2MQE/1/disserta__o._pixo___o_lado_oculto_ao_direito._silva__eduardo_faria_da..pdf